

Parecer Legal e Institucional nº 03/2017/CTIL/CNRH/MMA

1. Introdução

1.1 Este Parecer visa a apresentar o posicionamento da CTIL frente às matérias encaminhadas pelas demais Câmaras Técnicas do CNRH. Nessa condição, na 141ª Reunião da Câmara realizada no dia 14 de novembro de 2017, foi analisada uma proposta de resolução originária da Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos (CTCOB).

1.2 Ressalta-se que o mérito foi discutido na câmara técnica de origem e que a documentação anexa à proposta, em especial o parecer, é fundamental para o melhor entendimento do que se propõe.

2. Análise da Proposta de Resolução que:

Altera a Resolução CNRH nº 97, de 17 de dezembro de 2008, que “Altera a Resolução CNRH nº 70, de 19 de março de 2007, que estabelece os procedimentos, prazos e formas para promover a articulação entre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH e os Comitês de Bacia Hidrográfica, visando definir as prioridades de aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água, referidos no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 17 de junho de 2000”.

2.1 A proposta de Resolução foi encaminhada à CTIL pela CTCOB, por meio do Parecer nº 07/2017/CTCOB/CNRH/MMA, de 30.10.2017. Conforme apontado no histórico, a proposta atender a uma demanda do Conselho, especificamente quanto ao aperfeiçoamento dos procedimentos para a definição das prioridades de aplicação dos recursos provenientes da Contribuição Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos (CFURH), repassados pelas geradoras de hidroeletricidade.

2.2 Em 29 de junho de 2017, o CNRH aprovou a Resolução 189, que definiu que a aplicação dos recursos provenientes da CFURH deveria priorizar para o exercício orçamentário de 2018 as Prioridades, Ações e Metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos, contidos na Resolução CNRH nº 181/2016. Definiu, ainda, que para o exercício orçamentário de 2019 deveria ser observado o disposto na Resolução CNRH nº 70/2007 e suas alterações.

2.3 Dessa forma, as discussões ocorridas na CTCOB buscaram apontar os procedimentos e mecanismos para o biênio 2019-2020, para que não houvesse prejuízo das ações em andamento e/ou planejadas. O que não impede a continuidade das discussões sobre a alteração futura das formas de consulta que possa ser adotada para os períodos subsequentes.

2.4 A representante da Agência Nacional de Águas, Eldis Camargo, questionou o § 3º art. 2, que estende a consulta aos comitês estaduais. No entanto, foi do entendimento dos membros da Câmara que a Resolução original falava em consulta aos comitês. Não fazendo distinção se em rios de domínio da união ou dos estados.

Encaminhamento: A proposta de Resolução foi aprovada pela CTIL, que submete ao Plenário do CNRH para deliberação.

Em, 28 de novembro de 2017.


SÉRGIO GONÇALVES
Presidente da CTIL